

A Concepção do Trabalho no Universo Camponês: um processo ético de socialização

Lídia Maria Pires Soares Cardel *



Foto: Xando Pereira

Nas últimas três décadas, com o advento da modernização no campo e a conseqüente expansão da concentração fundiária e do trabalho assalariado e volante, convencionou-se aceitar como uma

realidade tácita para uma parte do pensamento sociológico, a diminuição drástica e a possível extinção das comunidades e dos grupos tradicionais camponeses⁽¹⁾ baseados no trabalho familiar.⁽²⁾

Não há dúvida que o ritmo das transformações estruturais ocorridas nos espaços urbano e rural a partir da década de 70 foi titânico. Mas estas transformações não sustentam a hipótese do desaparecimento das relações sociais tradicionais no campo. Aliás, ao contrário desta expectativa, uma grande parte do campesinato brasileiro conseguiu reorganizar-se e ressedimentar-se frente a estas transformações.

Para visualizarmos como esta perspectiva é linear e infundada, as últimas pesquisas de âmbito nacional⁽³⁾ demonstram que 16% dos alimentos consumidos no país vêm de propriedades baseadas em mão-de-obra familiar abaixo de 10 hectares. Não deixando de lado o fato dos dados estatísticos serem, antes de tudo, uma linguagem pictórica (mas na qual nós, cientistas sociais, fetichistamente acreditamos), impossível não detectarmos nestes dados a incoerência dos que visualizam o fim do campesinato e da pequena propriedade familiar, como se este grupo social não tivesse capacidade de resistir ao processo de homogeneização imposto pela lógica dos processos de modernização. Mesmo subordinado ao capital, o campesinato brasileiro existe e sobrevive às inúmeras adversidades.

Trabalho e ética camponesa

Quando elaboramos debates e hipóteses sobre a realidade do mundo rural, sempre vem à baila uma questão: o que significa o termo "camponês"? Quais os alcances e os limites deste conceito?

Procurando contribuir para esta discussão, Velho (1972), em seu artigo "O Conceito de Camponês e sua Aplicação no meio Rural Brasileiro", propõe, através da comparação entre duas áreas rurais brasileiras, Sul do Pará e a Zona da Mata de Pernambuco, um modelo ideal de concepção weberiana, onde, na primeira área, tem-se um caso limite que representa um "máximo de campesinidade": terra em abundância, mão-de-obra escassa, integração mínima no sistema nacional e internacional; e na segunda o caso limite oposto, representando um "máximo de proletarização": terra escassa, mão-de-obra abundante, alta integração no sistema nacional e internacional. Entre estes dois pólos, tem-se um *continuum* onde se encaixam todas as situações em que o homem

rural se encontra: parceiros, meeiros, arrendatários, etc., e não apenas a oposição entre camponeses e proletários:

"Mesmo porque boa parte delas parece definir-se por uma série de vicissitudes... Só assim se poderiam enquadrar e explicar teoricamente casos que a prática levou a designar por expressões formalmente contraditórias, tais como 'camponês sem terra' ou proletário com 'consciência camponesa'" (Ibidem, 1972:45-46).

Entretanto, a quantidade de terra e de mão-de-obra e o nível de integração no mundo urbano não são parâmetros suficientes para construir o conceito de "campesinato". Para termos uma idéia integral sobre a realidade concreta do que é ser camponês, é fundamental discutirmos também o conceito de "família camponesa".

O trabalho familiar é o sustentáculo do campesinato. O núcleo familiar não é uma unidade isolada. Ele se articula com relações de parentesco, de amizade e, principalmente, está localizado no interior de uma comunidade e fundamentado em um coletivismo que o submete a regras sociais, éticas e econômicas.

Dentro desta ótica, a ética da ideologia camponesa pressupõe que o direito sobre a terra advém do trabalho⁽⁴⁾. A terra de cada família é não só o espaço de reprodução material de existência, mas também um espaço social identitário da própria tradição camponesa. O trabalho familiar sustenta e é sustentado por esta tradição que cria uma organização hierárquica onde o trabalho infanto-juvenil é estabelecido não apenas como um complemento da atividade econômica do grupo familiar, mas como um processo inevitável de socialização do indivíduo em uma realidade globalizante.

O que se constata frente aos estudos sobre campesinato é que a lógica do mercado subordina, mas não organiza as sociedades camponesas. Como afirma Tavares dos Santos:

"a propriedade privada de terra aparece como determinante da autonomia do camponês, permitindo-lhe a situação de 'dono'... ela surge para este como possibilidade do controle do processo de trabalho, como conjugação dos elementos de produção - objeto, meios e força de trabalho" (1978:137).

Vemos assim que o camponês é dono de um patrimônio que o deixa livre para expor a sua moralidade. Este patrimônio tem regras próprias de herança (seguindo um direito consuetudinário sobre a sucessão), de trocas sociais e de trabalho que não são ditadas apenas pelo capital. Como diz um infor-

mante do grupo estudado por Tavares dos Santos: "tenho terra porque tenho que dá pros filhos meus" (Ibidem, 139). Dar não só a terra, mas toda uma concepção de vida. O patrimônio (a terra e a forma de trabalho sobre ela) deve ser herdado por quem o queira e o respeite enquanto tal. Por isto a socialização infanto-juvenil através da labuta na terra é tão fundamental no mundo camponês.

Dentro desta percepção interna do campesinato sobre trabalho, a terra não é uma mera mercadoria. Mas, por outro lado, o é para a sociedade envolvente. Este fato é um grande gerador de tensões.

O dilema do camponês, hoje, oscila entre se sujeitar à moralidade do patrimônio e/ou se sujeitar às regras de um mercado urbano. Indo de encontro ao pensamento de Garcia Jr., é:

"um simples pré-conceito conceber campesinato e mercado de trabalho industrial como noções necessariamente em oposição de mútua exclusão, pois para que um exista, o outro teria que deixar de existir, ou acreditar que ambos estão ordenados numa seqüência evolutiva - o segundo seria um passo adiante na história em relação ao primeiro" (1990: 17-18).

Existe uma relação paradoxal entre as comunidades tradicionais camponesas e os grandes centros urbanos. As regras que as famílias do mundo camponês criam e manipulam, empurram para o mundo urbano a maioria dos seus filhos, justamente para que o mundo camponês baseado na agricultura familiar em pequena propriedade possa continuar a existir. A migração definitiva e/ou temporária é necessária para manter o pequeno patrimônio descongestionado e possibilitar aos filhos (aos herdeiros) que permaneçam uma condição mínima para que possam se reproduzir socialmente enquanto camponeses.⁽⁵⁾

É dentro deste contexto que a concepção de trabalho é vista como uma ética, como um capital simbólico de práticas e regras que visa socializar o indiví-

O dilema do camponês, hoje, oscila entre se sujeitar à moralidade do patrimônio e/ou se sujeitar às regras de um mercado urbano.

duo desde a infância. O trabalho, na lógica camponesa, define a realidade e as possibilidades da infância. "Assim se define a condição do herdeiro — o filho é o herdeiro. A infância é o período da vida em que a criança se prepara para herdar... O destino de cada um é o destino do herdeiro e a vida é uma estratégia de adultos e crianças para constituir o patrimônio dos herdeiros" (Souza Martins, 1990:63), mesmo que este patrimônio seja apenas um saber destituído de um espaço concreto (da terra) para a sua reprodução.

Os filhos como um patrimônio: um estudo de caso

O momento da infância no universo camponês é o momento da construção do indivíduo pelo trabalho. Trabalho que tem uma característica específica: o da labuta. Labutar com a terra desde pequeno é extenuar o corpo, calejar as mãos e os pés, forjar os membros do corpo como uma ferramenta para se tornar, quando adulto, um lavrador.

Esta é a realidade que encontrei na pesquisa realizada com a comunidade de Olhos d'Água, um distrito rural do município de Barra, cidade encravada na margem esquerda da confluência do Rio Grande com o Rio São Francisco, no noroeste do Estado da Bahia⁽⁶⁾. Foram três anos de contatos periódicos (1987-1990), marcados por entrevistas e coletas de dados feitos com adultos e jovens, observando que o período da infância neste meio rural não é um momento de falar, mas de ouvir e acatar.

Esta comunidade possui, supostamente, 189 anos de fundação e está localizada 45 quilômetros ao norte do município de Barra, uma região semi-árida da caatinga entremeada de pequenos brejos e açudes. As 112 famílias estão alojadas em pequenas propriedades que medem entre 3 a 6 tarefas. Todos os grupos familiares dedicam-se em grande parte à lavoura de subsistência. Os alimentos mais cultivados são feijão, milho, arroz, banana, cana, batata-doce, abóbora e mandioca. Eventualmente, quando o período das chuvas é regular, criam algumas cabeças de gado, suínos e ovinos, plantam fumo e produzem rapadura, pinga de alambique e farinha de tapioca para uma pequena comercialização.

Como é regra no mundo camponês, o trabalho nesta comunidade é familiar.⁽⁷⁾ Cada grupo doméstico ordena suas estratégias de acordo com as cartas que possui para enfrentar o jogo das adversidades do cotidiano, ou melhor, de acordo com o número de filhos

e filhas em idade para trabalhar, geralmente a partir de 7 a 8 anos de idade.

Ter muitos filhos é um fato consumado: eles são a "riqueza" dos pais, como todos dizem. Riqueza não só no sentido divino da procriação, mas principalmente no sentido social e material. Quanto mais filhos um grupo doméstico possui, mais braços ele terá para trabalhar na lavoura; por outro lado, mais bocas terá para alimentar.

Na busca por assegurar um equilíbrio entre a oferta de mão-de-obra e a demanda por alimentos no interior do grupo, cabe ao pai de família a decisão final sobre o destino dos filhos.⁽⁸⁾ Uma das práticas utilizadas para equilibrar a "população" familiar, é a doação de um filho ou filha para as gerações ascendentes, como pais e avós e até mesmo às pessoas ligadas por laços de compadrio, para que estes filhos acompanhem a velhice destas pessoas. Uma frase de uma informante idosa exemplifica muito bem como este ato pode significar uma transformação brusca na vida da criança doada:

"Ela [sua neta] só escapa do meu poder quando eu morrer... Eu também só casei quando minha avó morreu... Esta casa aqui foi dos meu avós. Ela ficô pra mim..." (M. C., 75 anos)

Por mais que este desígnio paterno pareça cruel aos olhos individualistas do mundo urbano, este exercício do pátrio-poder visa a melhoria de condições não só da família que doa (repleta de bocas para alimentar e cuidar), mas para o filho doado. Ele vai para o "poder" de um grupo familiar conhecido de parentes que conhece e com que convive desde o seu nascimento. Além disto, o novo grupo que o acolhe geralmente passa por um período de um acúmulo razoável de bens e por uma falta de braços suficientes para dinamizá-los. A criança doada, como fica claro na fala da informante, passa a ser herdeira de parte ou do total dos bens da família adotiva em troca do trabalho que ela exercerá para esta.

Neste processo de tempo circular que envolve a reprodução da vida e do "habitus" desta comunidade camponesa, o trabalho imprimido pelos adultos exerce sobre a criança o único meio para a sua socialização. Por estarem isolados no município e a escola local não possuir um funcionamento regular, nenhuma criança da comunidade frequenta quotidianamente os bancos escolares. Não existe para elas o tempo de estudar, mas apenas o de aprender a trabalhar como seus pais. Estes mostram-se conformados com esta realidade:

"Os meninos me ajuda. Os filhos ajuda a plantá sim. Ele ajuda assim, na roça... não é? A escola maior que tem aqui é as criança e os moço ir pra roça. O que tô achando mais ruim é este tempo que num chove. Tá ruim. Tenho que dá de comê pro meninos. Não sei se sobra alguma coisa pra vendê este ano ..." (Sr. F. C., 58 anos).

O trabalho infanto-juvenil ocupa um locus privilegiado na estrutura sócio-econômica de Olhos d'Água. Ele está presente desde o desmatamento da capoeira, da capina e do plantio, até a rega e os cuidados especiais que algumas culturas exigem, como a do fumo por exemplo. Grande parte da força de trabalho desta comunidade é composta por indivíduos abaixo dos 18 anos de idade.

As crianças pequenas, de 4 a 6 anos de idade, não ficam fora do processo de trabalho. Os meninos são utilizados como "espantalhos" nas roças: no meio da plantação são construídas toscas torres de madeira de 2,0 metros de altura onde os meninos passam o dia expostos ao sol, espantando com pedras e paus os pássaros e roedores que invadem as roças, enquanto os pais e os irmãos mais velhos se ocupam das atividades mais pesadas que logo eles também exercerão. As meninas nessa idade, já seguem os passos das mães e entram na labuta do dia-a-dia do trabalho doméstico que, sem o conforto do mundo urbano, é extremamente pesado. Uma das tarefas dadas a elas é o transporte de água do riacho que passa nos fundos das roças para a casa. O equilíbrio do pote de barro de até 20 litros sobre a cabeça, é uma tarefa exclusivamente feminina que se aprende muito cedo com grandes prejuízos para o corpo ainda frágil. Neste contexto, o mundo lúdico infantil é invadido pelo trabalho disciplinar imposto pela conjuntura social do grupo.

Todas estas tarefas se diluem no cotidiano tumultuado da comunidade. Homens, mulheres e crianças se ajudam mutuamente nas diferentes tarefas que se entrelaçam nas relações de parentesco e de amizade. Da mesma maneira que as mulheres também trabalham nas roças, os homens em algum momento se incumbem de ensinar aos filhos o ofício com a terra e com o animais. Se cabe à mulher, além dos afazeres na casa e na lavoura, a confecção e o conserto das roupas familiares, cabe aos homens, nos raros momentos em que não estão envolvidos com o trabalho na terra, a construção das casas, dos móveis e a sua restauração. Apesar de serem tarefas diferenciadas, tanto os homens quanto as mulheres participam das atividades uns dos outros. Porém, esta ajuda mútua não se traduz numa relação de equivalência. A comu-

nidade de Olhos d'Água, como a maioria das comunidades camponesas já estudadas, é estruturalmente patrilinear e a superioridade das decisões masculinas (do chefe da família) sobre as femininas é um fato inquestionável internamente pelo grupo⁽⁹⁾.

Esta divisão de honra e de trabalho estrutura a produção dos grupos domésticos. Em períodos de seca prolongada, os pais de família, sem poderem trabalhar em suas propriedades, tornam-se alugados temporários nas grandes propriedades⁽¹⁰⁾ que circundam a região. Nesses momentos críticos, cada grupo doméstico reordena suas estratégias de acordo com os trunfos que possui, isto é, conforme o número de filhos e filhas em idade para trabalhar. Com a saída do pai e de alguns filhos maiores para o trabalho em fazendas e agropecuárias, a pequena propriedade fica ao encargo das mulheres e das crianças. Nestes períodos, elas assumem toda as responsabilidades da casa e da lavoura organizando a colheita e a estocagem dos produtos que sobrevivem à estiagem. As crianças chegam a transportar água numa distância de mais de 20 km para regar o que é mais valioso para a sobrevivência do grupo: as culturas de arroz, feijão e mandioca. Boa parte do dinheiro ganho com o trabalho alugado é destinado à reestruturação do pequeno patrimônio familiar. Os filhos fazem parte deste patrimônio pois constituem a maior parte da força de trabalho.

Exatamente neste ponto, a comunidade confronta-se com seu maior problema: os grupos domésticos possuem pouca terra e muitos filhos. O que fazer para não pulverizar mais ainda um patrimônio tendo tantos herdeiros em potencial?

Este dilema fica claro na fala dos informantes:

"Não dá... Pra dividir a terra é difícil. Eu tenho certeza que não dá porque eu tenho um monte de filho, e pra dividir pra onze não é brincadeira! A gente vai arranjando assim, né. Todo mundo vai ganhar os seus direitos. Num é tudo igual você sabe. A gente não tem condições. Mas é tudo filho". (Sr. D. S., 60 anos).

Em busca de uma estratégia para manter a indivisibilidade do patrimônio, a saída encontrada pelo imaginário social de Olhos d'Água foi construir a imagem de produtores "fracos" que precisam, em determinado momento, abrir mão da maioria de seus filhos para que eles encontrem um futuro melhor na "cidade grande" do Sul do país, mantendo, é claro, um escolhido, geralmente um dos filhos mais novos, que será o herdeiro do patrimônio.

Ao construir esta estratégia, esta comunidade estabeleceu para si a herança patrimonial sucessorial unilinear masculina, baseada em um direito consuetudinário. Todos os filhos, dentro desta estrutura peculiar de sucessão, são obrigados pela realidade social e econômica do grupo a migrarem definitivamente (muitos) ou temporariamente (os herdeiros). As mulheres, como não herdam a terra, estão teoricamente mais livres para migrar. Entretanto, não é bem isto o que acontece. A migração feminina, ou está vinculada ao casamento ou à prestações de serviços a parentes ascendentes, padrinhos e irmãos/irmãs mais velhos.⁽¹¹⁾

Em resumo, a migração da maioria dos jovens (homens e mulheres) é fundamental para a reprodução da estrutura social, cultural e econômica dos patrimônios dos grupos domésticos de Olhos d'Água. Como foi discutido, a migração é condição *sine qua non* para a sobrevivência dos grupos camponeses e Olhos d'Água não é uma exceção.

CONCLUSÃO

Ao vivenciar esta dualidade com a modernidade, o grupo camponês de Olhos d'Água cria e recria, através da ótica do trabalho com a terra, o processo de socialização para as gerações que se sucedem.

Neste sentido, a concepção da infância como um tempo de investimento para um futuro, separado da relação com a terra, não cabe na lógica da ética camponesa. Não existe um tempo de construção e preparação de um porvir dissociado da prática e do exercício do trabalho.

Se, por um lado, esta postura de socialização privilegia os indivíduos que permanecem na comunidade na condição de pequenos proprietários, por outro, impede que os indivíduos potencialmente migrantes (a maioria dos filhos dos grupos domésticos) adquiram um capital cultural e simbólico⁽¹²⁾ que os habilitem a se integrarem de forma mais "igualitária" no mercado de trabalho urbano.

Esta é a maior contradição das comunidades camponesas. De um lado, socializam todos os seus membros dentro da prática do trabalho com a terra já que necessitam dos braços infantis e juvenis como mão-de-obra efetiva para a manutenção da produção: uma mão-de-obra que é a extensão do patrimônio camponês. Por outro lado, para manter a integridade deste patrimônio, estimulam a migração de uma grande parte

da mão-de-obra já adulta, que deixa de ser fundamental e passa a ser considerada uma massa de pressão que pode detonar um processo de fragmentação e pulverização excessiva da terra do grupo familiar.

É dentro desta realidade contraditória que as comunidades rurais tradicionais mantêm-se na atualidade. Estas comunidades não são grupos sociais congelados em um tempo pretérito como muitos acreditam, mas sociedades relacionais que dependem da sociedade moderna para continuarem a existir. Nesta relação de sobrevivência, as vítimas estruturais são os indivíduos que passam a infância sendo socializados através de um processo ético específico de trabalho, e a vida adulta inseridos nas adversidades e ambigüidades dos grandes centros urbanos.

Notas:

- 1 A escassez de pesquisas voltadas para o âmbito dos estudos rurais nos Centros de Pesquisas e Pós-Graduações de todo o país comprova até mesmo um desinteresse dos cientistas sociais por este assunto.
- 2 "Vários autores indicaram a possível unificação dos mercados de trabalho urbano e rural, unificação que seria verdadeira particularmente para a força de trabalho sem nenhuma qualificação. Um dos estudos sobre esta questão foi taxativo a este respeito: 'não tem mais sentido falar-se em reserva de mão-de-obra urbana e reserva de mão-de-obra rural. O exército de reserva é agora um só' (Queda et al., 1977:59)" (Gnaccarini, 1990:105).
- 3 Fonte: IBGE, 1990.
- 4 É nesta ética que está baseado o Movimento dos Sem-Terra que mobiliza milhares de camponeses de todo o país em busca de um espaço para a manutenção econômica como, também, para a manutenção de um *modus vivendi* social.
- 5 Para uma discussão mais aprofundada sobre esta questão, ver Bourdieu (1979), Mendras (1976), Woortmann (1988), Moura (1978), Seyferth (1985), Garcia Jr. (1990), entre outros.
- 6 Para uma descrição mais detalhada sobre as características ambientais, geográficas e culturais desta comunidade, ver o artigo "Parentes e Herdeiros no 'Mundus' Camponês: Um Estudo de Caso na Região do Médio São Francisco" (Cardel, 1996), trabalho apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia em abril de 1996.
- 7 Cada grupo doméstico composto por duas ou três gerações possui, em média, dois muões para o transporte, de três a quatro bovinos que além da produção de carne e leite são utilizados para os serviços pesados do engenho e do desmatamento e preparo do solo para o plantio, de vinte a trinta caprinos e ovinos, e alguns porcos e galinhas que possuem grande importância para a economia do grupo.
- 8 Conferir Bourdieu (1962), K. Woortmann (1989) e Seyferth (1985), sobre o direito e a honra do pai camponês.
- 9 Um fato que demonstra, simbólica e factualmente, a superioridade

do homem na comunidade é que as mulheres comem sempre em pé e com as mãos, amassando o alimento com a farinha e arremessando-o à boca, enquanto os homens se alimentam sempre com talheres e sentados à mesa.

- 10 Estas companhias são grandes empreendimentos constituídos de grupos econômicos do Sul/Sudeste e Nordeste que se instalaram no município de Barra no início da década de 70, graças aos incentivos fiscais para a implantação de projetos agropecuários subsidiados pela SUDENE. Na realidade, estes incentivos foram mal aplicados, não havendo atualmente projetos dos quais possamos dizer que tenham sido bem-sucedidos. Este é o principal fator para que não haja investimentos na região atualmente. Tal aspecto gerou uma falta de credibilidade, afastando os agentes governamentais responsáveis por injeção de capital para desenvolver a região, um dos motivos pelos quais Barra encontra-se abandonada e isolada, apesar da fertilidade das terras da região. A estrada que liga a cidade à BR 242 até hoje não foi asfaltada. É nas companhias em processo de decadência e em agropecuárias do município de Barreiras (principal pólo agro-industrial da região), que os chefes dos grupos domésticos de Olhos d'Água, juntamente com os seus filhos, vendem sua força de trabalho, muitas vezes em condições por eles consideradas humilhantes por terem que cozinhar ("queimar lata") e dormir ao relento "como bichos".

- 11 Olhos d'Água é um grupo social com uma forte tendência patrilinial como já foi salientado. Mesmo com o constante contato com o mundo urbano, a vontade feminina ainda está socialmente vinculada à masculina.

- 12 No sentido dado por Bourdieu.

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, P. *Célibat et Condition Paysanne. Études Rurales*, no. 5-6, 1962.
- _____. *Les Stratégies Matrimoniales dans le Système de Réproduction*. ANNALES, vol. 27, no. 4 - 5, 1972.

* Lídia Maria Pires Soares Cardel é Professora Assistente do Departamento de Sociologia - UFBA e Pesquisadora do C.R.H. - UFBA.

- _____. *Les Sens Pratique*. Les Éditions de Minuit. Paris, 1980.
- CARDEL, L. *Parentes e Herdeiros no "Mundus" Camponês. Um Estudo de Caso no Médio São Francisco*. Artigo - ABA/96 - Mimeo. 1996.
- FORTES, M. *O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Série Texto de Aula no. 6, UnB, Brasília
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- GARCIA JR., A. *Sul: O Caminho do Roçado*. Editora Universidade de Brasília, 1990.
- GNACCARINI, J. C. O Trabalho Infantil Agrícola na Era da Alta Tecnologia. In: *O Massacre dos Inocentes - A Infância sem infância no Brasil*. Org. José de Souza Martins, Hucitec. 1991.
- IBGE, *Resumos do Censo Agropecuário*. 1991.
- MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MOURA, M. *Os Herdeiros da Terra*. São Paulo, Hucitec, 1978
- MARTINS, J. Souza. Regimar e Seus Amigos. A Criança Na Luta Pela Terra e Pela Vida. In: *O Massacre dos Inocentes - A Infância sem Infância no Brasil*. Org. José de Souza Martins, Hucitec. 1991.
- SANTOS, J. V. Tavares dos. *Os Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- VELHO, O. G. *Frente de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- VINCENT, J. A. Sociedade Agrária como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes. In *Antropologia Das Sociedades Contemporâneas*, Rio de Janeiro, Global Universitária, 1987.
- WOORTMANN, K. *Com Parente não se "Neguceia"*. Série Antropologia, no. 69, UnB. 1988.
- _____. *Migração, Família e Campesinato*. Série Antropologia, no. 87, UnB. 1989.